

TOLERÂNCIA RELIGIOSA: DAS ORIGENS HISTÓRICAS ÀS IMPLICAÇÕES PARA EDUCAÇÃO HOJE

Aluno: Rodrigo de Souza Goulart

Orientador: Marcelo Andrade

Introdução

A proposta desta pesquisa é compreender como se desenvolveu historicamente o conceito-atitude de tolerância e de que maneira ele pode hoje implicar em práticas educativas capazes de combater a intolerância. O que motivou esta investigação é a percepção de que em nome da religião, ou mesmo contra ela, tem-se registrado conflitos violentos ao longo da história: atitudes de aniquilamento do outro, de suas crenças, de sua liberdade e dignidade enquanto humano. Tais conflitos estão presentes em nossas sociedades contemporâneas e afetam sem constrangimentos o ambiente escolar. Por isso, esta pesquisa parte da construção histórica do conceito de tolerância com o intuito de estabelecer um significado pedagógico para ele hoje.

É importante explicitar de imediato o que entendemos por tolerância. Trata-se, conforme os estudos e levantamento bibliográfico realizados, de um conceito-atitude fundamental para as sociedades contemporâneas, nas quais a diversidade cultural e religiosa obriga a convivência entre os praticantes das mais diferentes crenças religiosas. Tolerância para nós não é sinônimo de indiferentismo, é uma atitude engajada no combate a intolerância [1], é atitude que defende e promove os direitos, a liberdade e a dignidade de todos os seres humanos.

O conceito de tolerância que utilizamos é aquele como historicamente foi construído e que a Unesco, em 1995, na sua Declaração de Princípios sobre a Tolerância consagrou como um conceito atitude necessário e urgente ao cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para a Unesco, a tolerância é respeito, aceitação e apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. Não é só um dever de ordem ética, é igualmente uma necessidade política e jurídica, é sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo, da democracia e do Estado de Direito [3].

Seguindo, portanto, a Unesco, concordamos que a educação tem um papel privilegiado na promoção da tolerância como um valor que conduz ao respeito dos Direitos Humanos. Mais do que isso, acreditamos que a educação é o meio mais eficaz de prevenir a intolerância. Nesse sentido, temos buscado estabelecer conteúdos, valores e habilidades para as ações que se propõem em uma educação para a tolerância. Entendemos que educar para este valor-atitude consiste na aquisição de competências que predispõem as pessoas para a convivência em sociedades plurais [2].

Seguindo a proposta de Sandra Mantilla, buscamos compreender uma educação baseada em competências, considerando quatro como capazes de desenvolver nos sujeitos o valor-atitude da tolerância: 1) Diálogo aberto, o que favorece a resolução de conflitos; 2) Reconhecimento da alteridade, o que propicia o descobrimento da dignidade do outro, suas liberdades e direitos; 3) Apreciação das diferenças, como valorização do que é objeto de respeito e valor para outras pessoas; 4) Participação ativa e respeitosa, o que convida a sair da indiferença e combater aquilo que não é tolerável, principalmente os preconceitos e discriminações.

Educar para a tolerância constitui uma exigência para as sociedades que se pretendem pluralistas e democráticas.

Objetivos

Analisar como se desenvolveu historicamente o conceito de tolerância.

Avaliar as posições acerca da definição do conceito de tolerância e o debate acadêmico sobre a temática.

Estabelecer princípios, conteúdos e metodologias para uma proposta de educação para a tolerância.

Associar à proposta de educação para tolerância resultante das pesquisas, um foco para a realidade sócio-cultural brasileira.

Metodologia

A metodologia para atingir os objetivos desta pesquisa envolve essencialmente uma revisão bibliográfica, na qual retomo autores clássicos, mas também autores atuais, como Marcelo Andrade e Sandra Mantilla, que no debate acerca da tolerância defendem sua incorporação à prática educativa com vistas a minimizar os conflitos causados pelo não reconhecimento das diferenças.

Conclusões

Enquanto atitude ativa e engajada, a tolerância tem sido debatida como um princípio urgente e necessário a ser difundido em nossas sociedades plurais contemporâneas. A persistência de atitudes intolerantes, devido à recusa das diferenças, tem levado ao questionamento desses fenômenos e à busca de soluções a fim de evitar e prevenir atos de violência e discriminações, além de promover a valorização das diferenças que nos constituem. Essas questões e problemas da intolerância que nos tem afetado com intensidade têm exigido respostas mais eficazes das instituições governamentais e da sociedade civil, assim como também da escola. O desafio que se coloca, portanto, é o de uma participação consciente da educação na tarefa de formar para a tolerância e a cidadania. Defender uma educação para a tolerância com base em estudos históricos, implica a confiança de que uma prática educativa direcionada nesse sentido favorece a convivência em sociedades plurais, a formação moral e o exercício da cidadania; a possibilidade de se desenvolver predisposições nos indivíduos que os tornem capazes de respeitar as diferenças, bem como apoiar, porque compartilham da mesma humanidade, aqueles que estejam sofrendo injustiça por causa de preconceitos e discriminações.

Referências

- 1 - ANDRADE, Marcelo. **Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e prática pedagógica**. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2009.
- 2 - MANTILLA, Sandra Milena Morales. **La educación de competencias para la convivencia em una sociedad plural**. València, 2007. 125p. (Tesis Doctoral – Departamento de Teoría de la Educación, Universitat de Valencia, España).
- 3 - UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância**. São Paulo: USP / Unesco, 1997.